

# Três mortes acontecem no período

O fechamento de sete hospitais e a radicalização da greve com a suspensão do atendimento emergencial nos pronto-socorros marcaram o mais intransigente movimento reivindicatório da história de Brasília. Apesar de considerado abusivo pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT), o movimento prosseguiu chegando a provocar a morte de cidadãos comuns que ficaram sem o serviço público na área de saúde. No dia 22 de novembro, a dona-de-casa Maria Grasiela Pereira Dias, de 35 anos, faleceu na rodoviária do Gama. Pouco antes, procurara o hospital regional, mas constatou que não seria atendida.

Em assembléia dois dias após o ocorrido, os médicos decidiram por uma postura ainda mais radical, mantendo aberto apenas o pronto-socorro de três hospitais, com sérios prejuízos aos pacientes que superlotaram essas unidades. As consequências vieram no mesmo dia 24. O Corpo de Bombeiros, que teve seu serviço triplicado no período de paralisação da categoria, principalmente no transporte de pacientes, não conseguiu prestar socorro a dois homens, do Paranoá e de Planaltina, que morreram

infartados. O Hospital de Base registrou a média recorde de 160 pacientes graves ao dia, mas o quadro de calamidade não chegou a ser analisado diante do corporativismo da categoria.

As negociações mantidas pelo governador Joaquim Roriz junto à área federal contrastavam com a disposição dos médicos em levar o movimento adiante, a despeito do esforço do GDF e da apresentação de propostas a curto e médio prazos, elevando o custo social da greve. No dia 25 de novembro, o governador propõe um aumento linear de 20 por cento incidindo sobre os 68,5 por cento de reajuste já concedido. A diretoria do sindicato anuncia que os médicos somente retornariam ao trabalho com o abono dos dias parados e a garantia de que não haveria punições.

Para evitar um estado de calamidade pública e dirimir os efeitos de um movimento marcado pela insensibilidade, o GDF atende a reivindicação. Os médicos retornam ao trabalho no dia 27, após um mês de paralisação, com o maior piso salarial do País nessa área, sem retaliações e descontos nos salários.